

## Resenha de livros:

---

### “Autoritarismo e democracia na Argentina e Brasil”

Sonia de Camargo e J. M. Vazquez Ocampo. São Paulo, Ed. Convívio, 1988. 397 páginas.

Francisco de Assis de Oliveira Leal\*

O livro *Autoritarismo e democracia na Argentina e Brasil (uma década de política exterior – 1973/1984)*, de Sonia de Camargo e José María Vasquez Ocampo, faz uma análise da política externa e suas variações nesse período, sendo dividido em três partes. Os autores apresentam as principais características e os desdobramentos das políticas implementadas. Esses dez anos cobrem, no Brasil, os governos militares de Ernesto Geisel (1974–1979) e João Figueiredo (1979–1984). A política externa desse período é analisada por Sonia de Camargo e compreende a primeira parte do livro. Na Argentina, o período se inicia com três anos de regime democrático presidido por Hector Campora (1973), Lastiri (1973), Juan Domingo Perón (1973–1974) e María Estela de Perón (1974–1976) e termina com seis anos de regime autoritário presidido por juntas militares chefiadas pelos generais Jorge Rafael Videla (1976–1980), Roberto Viola (1980–1981), Leopoldo Galtieri (1981–1982) e Reynaldo Bignone (1983). A política externa argentina desses governos é analisada por José María Vasquez Ocampo. Na terceira parte, Sonia de Camargo faz uma interpretação comparativa entre as políticas externas do Brasil e Argentina de 1973–1984.

Na primeira parte, Sonia de Camargo começa analisando as características fundamentais do “pragmatismo responsável” do governo Geisel. Há uma mudança de perspectiva por parte da burocracia do aparelho de Estado encarregada de delimitar as ações do Brasil no plano externo. O Brasil do “milagre” havia abandonado a política de “fronteiras ideológicas” que influíra especialmente no governo Castelo Branco. A “diplomacia do interesse nacional”, implementada pelo chanceler Gibson Barbosa no governo Médici, partia do pressuposto de que o Brasil poderia entrar no mundo dos ricos através de um caminho solitário em que a multilateralidade e o terceiro-mundismo da proposta do governo Costa e Silva seriam abandonados em benefício de formulações menos ideológicas. Esse “realismo” desobrigava o Brasil de pactos ou acordos de solidariedade e lhe permitia seguir caminhos exclusivamente bilaterais que não prejudicassem sua ascensão ao Primeiro Mundo. Persistia, então, uma ambigüidade na orientação de sua política exterior, indecisa entre uma possível integração com os países da região e uma tentativa isolada no caminho de seu desenvolvimento e autonomia internacional. Essa ambigüidade refletia-se nos conflitos intraburocráticos existentes no governo Médici.

Com o choque do petróleo que atinge a economia brasileira no início do governo Geisel, a política externa sofre algumas al-

---

\* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do IRI (PUC-RJ)

terações fundamentais. O chanceler Azeredo da Silveira recebe a incumbência de implementar uma política externa que reavaliasse a posição brasileira face à crise. Uma questão básica foi a redefinição da política nuclear brasileira com o acordo nuclear entre Brasil e a República Federal da Alemanha; esse acordo implicava confronto com os EUA, que detinham, até esse momento, a supremacia absoluta nas opções nucleares do Brasil. Outro ponto era a aproximação comercial com os países africanos, o que trazia um redimensionamento das relações tradicionais entre Brasil e Portugal. E, como concretização da nova política externa brasileira para a África, o Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer o governo de Agostinho Neto, em Angola, em novembro de 1975. A aproximação com os países árabes produtores de petróleo demonstrava realmente a dimensão "utilitária" da política externa do governo Geisel. O reconhecimento da República Popular da China e a aproximação com o Japão também demonstraram a amplitude de nova política.

A América Latina constituiu-se como uma prioridade do "pragmatismo". A questão da integração da Bacia do Prata sempre causou desconfianças na diplomacia argentina sobre os verdadeiros interesses brasileiros. A problemática das hidrelétricas Corpus e Itaipu dá a verdadeira dimensão dessas desconfianças. Depois de anos de negociações, em outubro de 1979, já no governo do general Figueiredo, Brasil, Argentina e Paraguai assinaram o Acordo Multilateral Corpus-Itaipu. A integração com outros países latino-americanos como o Paraguai, Bolívia e Colômbia, representou esforços da diplomacia brasileira no sentido de descaracterizar o Brasil como um país com pretensões hegemônicas regionais.

Na medida em que o Brasil buscava diversificar seus relacionamentos diplomáticos e comerciais, tal posicionamento causava conflitos com os EUA. O conflito de interesses teve vários desdobramentos. O

acordo nuclear com a Alemanha Ocidental, o voto na ONU contra o sionismo e o reconhecimento do governo de Agostinho Neto em Angola representavam uma ruptura com alinhamentos automáticos anteriores. O Brasil já não era receptivo a um mundo que fosse configurado nos padrões da bipolaridade. De uma gestão formalmente cordial durante a administração Ford, em que o Brasil era considerado uma potência emergente, passou-se, no governo Carter, a uma diplomacia mais agressiva. A questão dos direitos humanos acionada contra as ditaduras militares latino-americanas só fez aumentar a resistência desses países em relação a essa política. As relações comerciais Brasil-EUA tenderam a uma queda e as principais reivindicações brasileiras situavam-se na questão das exportações de produtos manufaturados para o mercado norte-americano. Na Rodada de Tóquio, o Brasil teve uma atuação ativa nas discussões sobre a reforma das normas institucionais do GATT, propondo a criação de um mecanismo específico de negociação que levasse em consideração o comércio entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Com o governo Figueiredo (1979-1984), a política externa "universalista" implementada pelo chanceler Azeredo da Silveira seguiu as linhas básicas do "pragmatismo responsável" da fase anterior, mas houve uma mudança de estilo - passou-se a uma diplomacia menos secreta. Houve uma aceitação dos aspectos econômico-financeiros nas negociações internacionais dirigidas aos países do norte, já que a conjuntura internacional encontrava-se marcada pela alta dos juros, aumento da inflação mundial e retração das economias industrializadas em relação aos países em desenvolvimento. O Brasil desejava afirmar sua dupla identidade de país ocidental e terceiro-mundista e transitar entre esses dois mundos.

A América Central e o Caribe aparecem como novos atores na política externa bra-

sileira. Desde que o Brasil rompera relações diplomáticas com Cuba, em 1964, e com o envio de tropas à República Dominicana, em 1965, o Caribe e a América Central não representavam prioridade para a política externa brasileira. O Brasil resolveu apoiar o Grupo de Contadora, mas não desejava colocar-se numa posição de confronto com os EUA, apesar de não apoiar a cruzada anticomunista do governo Reagan. Curiosamente, de 1974 a 1984, o Brasil exportou US\$ 150 milhões em armamentos para a América Central, contrariando, dessa forma, sua política de apoio ao Grupo de Contadora.

A dívida externa foi uma questão fundamental para a política externa do governo Figueiredo. O dispêndio com importação de petróleo, o serviço da dívida acrescido com as altas taxas de juros a partir de 1979, o declínio dos preços dos produtos primários, a retração das economias industrializadas e a contenção dos empréstimos feitos pelas instituições financeiras internacionais dão a exata dimensão do que viria a ser o pesadelo da dívida externa. A posição defendida pelo chanceler foi a da necessidade de um tratamento mais político nas negociações da dívida externa dos países em desenvolvimento, rechaçando, no entanto, a hipótese de um “clube de devedores”.

No governo Figueiredo, persistem os atritos com os EUA. Do ponto de vista político-estratégico, o Brasil não participou da cruzada anticomunista reaganiana e apoiou o Grupo de Contadora no sentido de não caracterizar os conflitos centro-americanos como sendo desdobramentos do conflito leste-oeste. A questão da segurança do Atlântico Sul foi outro ponto de discordância entre Brasil e EUA. Para os norte-americanos, a presença soviética era intensa na África negra e isso poderia causar hostilidades em relação ao tráfego nas rotas do Cabo. Do ponto de vista brasileiro, a questão do Atlântico Sul estava intimamente ligada às diversas fases do relacionamento político-comercial do Brasil

com o continente africano. Para o governo Figueiredo, a melhor maneira de evitar conflitos no Atlântico Sul era mantê-lo à margem da disputa leste-oeste, impedindo, assim, a instalação de bases norte-americanas, soviéticas ou de qualquer potência extra-regional na área.

Na segunda parte, José María Vasquez Ocampo começa assinalando os acontecimentos que levaram à volta do peronismo na Argentina. Com a abertura, iniciada em 1971, dos governos militares da chamada “Revolução Argentina” (1966–1973), as diversas correntes da sociedade começaram a reivindicar democracia. As forças armadas pretendiam uma abertura condicionada e, para as eleições de 1973, os peronistas escolheram Héctor Campora para encabeçar a chapa. Com uma campanha dinâmica e radicalizada, os peronistas venceram as eleições.

Campora procura ampliar as relações internacionais argentinas rompendo com o alinhamento automático com o mundo ocidental, e em especial com os EUA. Essa perspectiva coincidia com a proposta tradicional do peronismo que, desde o primeiro governo de Perón, apregoava a “terceira posição”. Com uma política externa conhecida como “autonomista”, delimitou-se o campo de ação externa da Argentina. Apesar de Campora ter governado por apenas 50 dias, a política externa forjada pela sua equipe influenciaria os governos peronistas de Lastiri e Perón. Durante esse breve governo, realizou-se uma grande ofensiva diplomática. As relações com Cuba foram reatadas e questionou-se frontalmente a influência norte-americana na região.

Após manobras dos peronistas para recolocar Perón na presidência, assumiu Lastiri por um curto período. A incipiente democracia argentina estava isolada por governos autoritários vizinhos e Perón passou a conduzir a política externa. Persistia a orientação contestatária, modificando-se o estilo. Evitou-se o confronto direto e procurou-se o consenso latino-ame-

ricano para sustentar os interesses da região perante os EUA. Neste período, a Argentina solicita sua entrada no Movimento de Países Não-Alinhados.

Em setembro de 1973, Perón assume o governo argentino pela terceira vez defendendo a conciliação nacional. Com uma política externa de "autonomismo realista", Perón procurou implementar as linhas básicas delineadas no governo de H. Campora. O leste europeu foi incluído na nova perspectiva e cinco acordos nucleares foram assinados com a URSS. Houve uma maior aproximação com Cuba. Quanto à América Latina, o governo de Perón fez gestões para que o conflito com o Brasil referente à construção de Itaipu fosse equacionado.

Com a morte de Perón, em julho de 1974, assume o poder a vice-presidente Maria Estela Martínez de Perón. Sob a influência do ministro López-Rega e com o anúncio, no começo de 1975, de que as forças armadas interviriam na luta anti-subversiva, a política externa argentina sofre uma mudança radical. As prioridades estabelecidas em 1973 são esquecidas, salvo a política desenvolvida no sistema interamericano.

O "Processo de Reconstrução Nacional" imposto pelos militares após o golpe de 1976, em termos de política externa, foi a expressão dos objetivos e interesses setoriais subjacentes ao plano econômico de Martínez de Hoz. A dívida externa, as relações comerciais com a URSS e com o Brasil foram as ações fundamentais da política econômica externa do regime. Um capítulo é dedicado às ofensas aos direitos humanos e às alucinações militares na questão das Ilhas Malvinas que, pela contundência, dispensam comentários.

Na terceira parte, Sonia de Camargo analisa semelhanças e diferenças na estruturação da política externa dos dois países e discute algumas questões teóricas para a análise de política externa da América Latina.